

Destaque

Há cinco anos, a factura da obesidade em Portugal foi calculada em 497 milhões de euros, mas hoje, segundo as contas da Associação de Doentes Obesos e Ex-obesos, já deverá chegar aos 570 milhões de euros, entre custos directos e indirectos. Reconhecida como doença crónica em 2004, a obesidade gera riscos múltiplos para a saúde, mas os dois medicamentos disponíveis no mercado nacional, com um terceiro a caminho, não beneficiam de comparticipação estatal.

Os custos da obesidade em Portugal

Miguel Prado miguelprado@mediafin.pt

Pedir ajuda para se calçar, pagar dois lugares nos transportes públicos, ter de escolher uma cadeira na esplanada que não se parta, não encontrar nas lojas roupa para se vestir. As dificuldades quotidianas de um obeso, além dos problemas de saúde que enfrenta, são bem conhecidas e frequentes na sociedade portuguesa. O que talvez não seja tão óbvio é que a obesidade gera no nosso país uma factura anual superior a 500 milhões de euros, entre custos directos e indirectos. Já reconhecida como doença crónica, a obesidade grassa nas crianças portuguesas, com uma agravante para as famílias: os medicamentos existentes no mercado não são comparticipados.

Um estudo de 2002 apontava que os custos totais da obesidade em Portugal eram de 497 milhões de euros num ano, dos quais 200 milhões de euros de forma indirecta, reflexo do tempo de trabalho perdido e das despesas em subsídios por doença e morte. Hoje, o presidente da ADEXO - Associação dos Doentes Obesos e Ex-obesos de Portugal, Carlos Oliveira, estima que os custos rondem os 570 milhões de euros, resultado de 330 milhões de euros gastos directamente em medicamentos e internamentos e 240 milhões de euros de modo indirecto. Uma factura com tendência a crescer, porque a sociedade portuguesa fica mais gorda ano após ano. Os números são esclarecedores: 58% da população tem excesso de peso, 15% é obesa, 3,2% tem obesidade mórbida e 31,6% das crianças são obesas. "Somos responsáveis pela criação da primeira geração de miúdos obesos que pode morrer antes dos pais", alerta Carlos Oliveira.

Os estilos de vida, por um lado, e a falta de consciência, por outro, explicam a origem do problema, mas a sua solução permanece um mistério. O presidente da ADEXO reconhece a importância de acções preventivas como a divulgação de informação nas escolas, mas não compreende a inacção governamental face aos problemas já existentes. "O Estado só está a tratar as consequências, por conseguinte não está a tratar a obesidade". Isto porque há comparticipações para vários medica-

mentos para complicações que resultam da obesidade (diabetes, doenças vesiculares, coronárias, cardíacas, hipertensão, cancro, citando apenas algumas) mas os dois produtos comercializados em Portugal especificamente para combater a obesidade têm de ser suportados a 100% pelos doentes.

Farmacêuticas facturaram 11 milhões

O Infarmed - Instituto da Farmácia e do Medicamento tem dois produtos aprovados para venda em Portugal, ambos sujeitos a receita médica. Um dos medicamentos, da norte-americana Abbott, actua através do aumento do gasto energético e da diminuição do apetite. A Roche, do Reino Unido, tem, por seu lado, autorização para comercializar um produto indicado como terapêutica da obesidade, que não actua no sistema nervoso central e que contribui para reduzir a absorção de gordura ingerida. Segundo dados da consultora IMS cedidos ao Jornal de Negócios pela Roche, estes dois medicamentos venderam em 2006 no mercado português 11,1 milhões de euros, cabendo à Abbott uma quota de 61,6% e à Roche os restantes 38,4%.

Um terceiro medicamento vem a caminho. A Sanofi Aventis prepara-se para introduzir no mercado português um produto já licenciado noutros países europeus, mas que só deve chegar a Portugal em 2008 (estando dependente de registo e aprovação do Infarmed), e que contribui para inibir a sensação de fome.

Segundo explicou ao Jornal de Negócios o director de comunicação de marcas da Sanofi Aventis em Portugal, Carlos Correia, "a grande vantagem é, além da redução de peso, a actuação na redução dos riscos cardiometabólicos". No ano passado, a multinacional francesa facturou globalmente apenas com este produto cerca de 3 mil milhões de dólares. Para Portugal ainda não há estimativas de quanto pode vender. "Não é uma pílula milagrosa. É um adicional que vai permitir [ao doente] atingir alguns objectivos", salienta Carlos Correia.

O presidente da ADEXO considera que os grupos farmacêuticos "não são os maus da fita, como toda a gente diz". Parte da actividade da associação que dirige é, aliás, apoiada por empresas do sector. Que, obviamente, são grandes interessados. Haja ou não comparticipação estatal, a obesidade gerará receitas.

Governo estuda apoios maiores

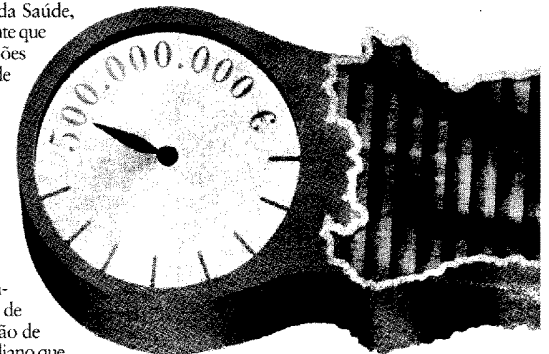
A grande bandeira da ADEXO é que os doentes obesos tenham mais apoios do Estado. Lembrando que os custos directos da obesidade rondam os 330 milhões de euros, Carlos Oliveira destaca que "se o doente obeso não é tratado, [o dinheiro do Estado] cai todo no tratamento das outras doenças".

Do lado do Governo, apurou o Jornal de Negócios, decorrem esforços para a criação de uma "plataforma contra a obesidade". O director-geral da Saúde, Francisco George, garante que têm decorrido reuniões com o ministro da Saúde e que "está a ser analisada a questão das comparticipações". Os doentes obesos portugueses vão entretanto acumulando despesa e riscos. Mas, ainda assim, com esperança de mais cedo ou mais tarde recuperarem alguma qualidade de vida. Tal como a reacção de felicidade do médico indiano que operou Carlos Oliveira, depois de, também ele, ter colocado uma banda gástrica: "você já foi aos saldos?!".

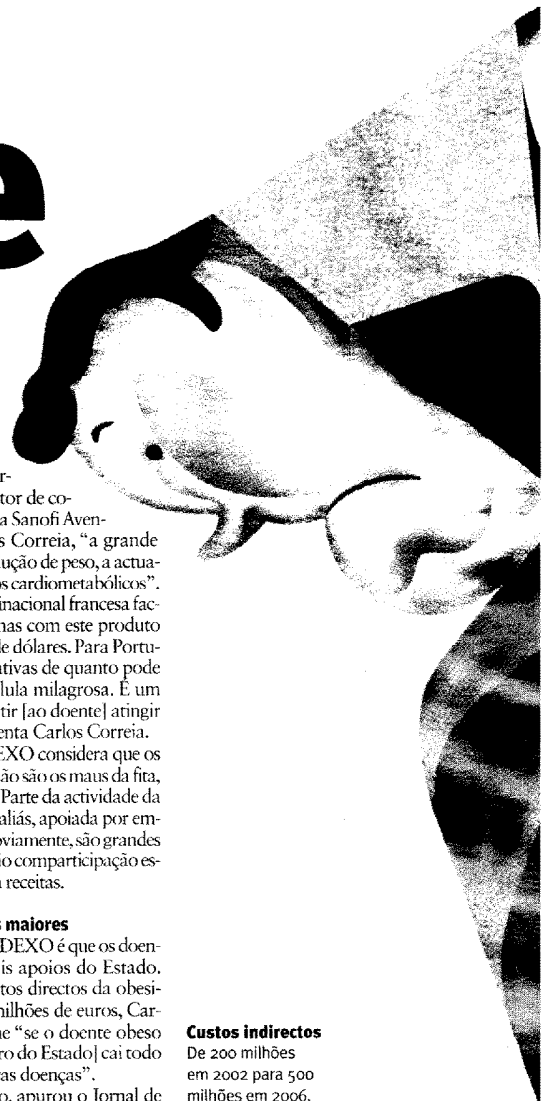


Somos responsáveis pela criação da primeira geração de miúdos obesos que podem morrer antes dos pais.

Carlos Oliveira, presidente da ADEXO



Custos indirectos
De 200 milhões em 2002 para 500 milhões em 2006.





Gonçalo Viana



Os custos em números

MEDICAMENTOS E INTERNAMENTOS

330

Milhões de euros

São os custos directos anuais dos doentes obesos na mais recente estimativa da ADEXO.

CUSTOS INDIRECTOS

240

Milhões de euros

São os custos anuais indirectos para a economia nacional, decorrentes de subsídios e tempo de trabalho perdido.

MORTALIDADE

120

Milhões de euros

A ADEXO calcula que sejam estes os custos associados às mais de 1.500 mortes por obesidade que ocorrem anualmente em Portugal.



Os diferentes padrões da obesidade

"A obesidade deve [...] ser considerada como uma doença crónica, que pode atingir homens e mulheres de todas as etnias e de todas as idades e requer estratégias de longa duração para a sua prevenção e gestão efectivas". O reconhecimento do problema pela Direcção-Geral da Saúde chegou em 2004. No ano seguinte o Governo aprovou o Programa Nacional de Combate à Obesidade, cuja calendarização previa a adopção de medidas em 2006 e até 2010. Medidas essas que visavam promover uma maior informação tanto entre os profissionais de saúde como entre a população em risco. E o risco começa nos pré-obesos: o excesso de peso é considerada a condição de quem tem um índice de massa corporal entre 25 e 29 (o índice calcula-se dividindo o peso, em quilos, pelo quadrado da altura, em metros). Os obesos têm um índice entre 30 e 35. Já os super-obesos, que são incluídos na categoria da "obesidade mórbida", têm um índice superior a 35. Para este grupo o sinal é vermelho: os riscos de outras doenças associadas são maiores e a incidência da mortalidade é superior. O peso considerado normal é ter um índice de massa corporal entre 20 e 24.

ID: 16038913	Jornal de Negócios	Tiragem: 17005	Página: 21	—
Data: 26-01-2007		Weekend	Pais: Portugal Âmbito: Economia, Negócio Perid.: Ocasional	



➔ Os custos da obesidade PÁG. 30 e 31